

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 241/XII/1.<sup>a</sup>

### RECOMENDA AO GOVERNO QUE RETIFIQUE O ERRO DE ENQUADRAMENTO DOS TRABALHADORES INDEPENDENTES NOS ESCALÕES DE CONTRIBUIÇÃO

A 6 de Dezembro de 2011 o Bloco de Esquerda enviou uma pergunta ao Ministro da Solidariedade e Segurança Social onde dava conta de que o Instituto da Segurança Social (ISS) tinha enquadrado muitos trabalhadores independentes em escalões de contribuição superiores ao estabelecido no Código Contributivo.

A 15 de Dezembro de 2011 o Bloco de Esquerda voltou a solicitar informações acerca desta matéria, pois mantinha-se o erro do enquadramento nos escalões e o MSSS não oferecia nenhuma resposta a estes profissionais.

Finalmente, no passado dia 15 de Fevereiro de 2012, o MSSS esclareceu, em resposta ao Bloco de Esquerda na audição da 10<sup>a</sup> Comissão, que tinha existido um erro de aplicação da lei e que muitos destes profissionais teriam sido colocados em escalões de contribuição acima do estabelecido no Código Contributivo.

Infelizmente, estas informações do Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social esclarecem que o MSSS apenas verificou a situação dos trabalhadores independentes que apresentaram reclamações junto do ISS, sem que tenha havido uma retificação completa do erro.

Aliás, o Bloco de Esquerda tem sido abordado por dezenas de pessoas que não foram contactadas pelo ISS e que, por isso, ainda não haviam realizado a reclamação junto dos serviços.

Assim, prova-se que a “averiguação” que o MSSS afirmou ter realizado, assim como o relatório da inspeção que concluiu ter existido um erro das ferramentas informáticas do ISS, não identificou todos os enganos que aconteceram.

O MSSS afirmou apenas ter contabilizado e analisado as situações dos trabalhadores independentes que apresentaram reclamação, mas muitas pessoas não apresentaram qualquer reclamação, pois não conhecem a legislação em detalhe e esperam que o Estado haja de boa-fé e os informe caso cometa um erro que os obriga a um pagamento de mais 62,04€ em cada mês.

O Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, apesar de ser sempre tão célere na cobrança das dívidas (ainda que pequenas) e de juros de mora que os trabalhadores independentes possam ter, neste caso não revelou nenhuma celeridade ou rigor no processo e criou uma situação em que muitas pessoas já pagaram mais 248€ do que legalmente deveriam.

É necessário que se esclareça a situação rapidamente e que o erro, que já dura há 4 meses, seja imediatamente resolvido.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Identifique a totalidade dos trabalhadores independentes abrangidos pelo erro de enquadramento destes trabalhadores nos escalões de contribuição;
2. Corrija esse erro de aplicação do Código Contributivo e enquadre todos os trabalhadores independentes nos devidos escalões de contribuição;
3. Notifique todos os trabalhadores independentes que foram afetados por este erro de enquadramento destes trabalhadores nos escalões de contribuição;

4. Devolva imediatamente as contribuições pagas em excesso pelos contribuintes devido a esse erro do ISS.

Assembleia da República, 29 de fevereiro de 2012.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,